

ACEF/1415/05087 – Decisão de apresentação de pronúncia

Decisão de Apresentação de Pronúncia ao Relatório da Comissão de Avaliação Externa

1. Tendo recebido o Relatório de Avaliação elaborado pela Comissão de Avaliação Externa relativamente ao ciclo de estudos em funcionamento Intervenção Comunitária

2. conferente do grau de Mestre

3. a ser leccionado na(s) Unidade(s) Orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.)

Escola Superior De Educação De Paula Frassinetti

4. a(s) Instituição(ões) de Ensino Superior / Entidade(s) Instituidora(s)

Província Portuguesa Do Instituto Das Irmãs De Santa Doroteia

5. decide: Apresentar pronúncia

6. Pronúncia (Português):

No âmbito do procedimento de acreditação do ciclo de estudos do Mestrado em Intervenção Comunitária- especialização em Educação para a saúde; especialização em Contextos de risco; especialização em Envelhecimento activo curso a integrar na oferta formativa da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, a ESEPF foi notificada do teor e sentido do relatório preliminar elaborado pela Comissão de Avaliação Externa, referente ao processo ACEF/1415/05087, disponível para o efeito no sistema de informação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Neste âmbito, apresenta, no documento anexo, a sua pronúncia.

7. Pronúncia (Português e Inglês, PDF, máx. 150kB): (impresso na página seguinte)

Anexos

Processo nº ACEF/1415/05087 - Decisão de apresentação de pronúncia ao Relatório Preliminar da CAE referente ao Mestrado em Intervenção Comunitária

A Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti analisou cuidadosamente o teor do relatório preliminar da CAE referente ao ciclo de estudos (CE) de Mestrado em Intervenção Comunitária, especializações em Educação para a Saúde, Contextos de Risco e Envelhecimento Ativo. Pela análise do relatório preliminar regista-se com agrado que este CE cumpre a maior parte dos parâmetros de avaliação para cada uma das dimensões que o integram, acolhendo com espírito construtivo o conjunto de elementos que a Comissão de Avaliação Externa (CAE) refere serem passíveis de melhoria ou que devam ser alterados, explicitados e/ou esclarecidos na proposta do CE submetida a acreditação pela Entidade Instituidora da ESEPF. Com esse objetivo, decidiu-se apresentar a presente pronúncia.

Em concordância com as sugestões da CAE, esta IES opta por descontinuar as especializações em “Educação para a Saúde” e “Envelhecimento Ativo” do Mestrado em Intervenção Comunitária, concentrando-se o CE na especialização em “Contextos de Risco”. Desta forma, ficam eliminadas as assimetrias existentes entre as três especializações e objeto de menção da CAE ao longo do relatório preliminar, designadamente quanto à procura desigual dessas mesmas especializações por parte dos candidatos ao CE, à constituição desequilibrada do corpo docente à escassa produção científica naquelas duas especializações, entre outros. Ficam, assim, removidos um conjunto de constrangimentos/limitações apontados pela CAE ao CE no relatório preliminar.

Consequentemente, foram aprovadas pelos órgãos de governo todas as alterações indicadas pela CAE no ponto 10.3. (condições no imediato), passando o CE a ter a seguinte caracterização:

A.3. Ciclo de estudos: Mestrado em Intervenção Comunitária

A.6. Área científica predominante do ciclo de estudos: Ciências da Educação

A.7.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF): 142

A.7.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável: 310

A.11.1.2. Condições específicas de ingresso

Esclarece-se que são admitidos à candidatura e matrícula no CE:

- Titulares de uma licenciatura, ou equivalente legal, nas áreas da Educação/ Ciências da Educação e licenciados em Ciências Sociais e Humanas ou cursos afins;
- Outros candidatos detentores de um currículo académico, científico e profissional relevante para os objetivos do CE e que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização do mesmo pelo Conselho Técnico-Científico da ESEPF.

Segundo prática habitual da ESEPF, tal e como consta em documentação arquivada nos Serviços de Gestão Académica, os candidatos à frequência do mestrado são seriados tendo em conta o seguinte:

A classificação final é composta pelos seguintes elementos cumulativos = (0, 24 x Classificação da Licenciatura e de outro (s) grau(s) ou Diploma(s) de formação Pós-Graduada + 0.24 x Currículo Académico e/ou Científico + 0.34 x Currículo Profissional +0,18 x Entrevista) Nos critérios de apreciação das entrevistas são considerados as seguintes dimensões: Capacidade de argumentação/espírito crítico; posicionamento face às questões colocadas; relação interpessoal durante a entrevista.

Como critérios de desempate, são considerados os seguintes fatores: maior formação na área da Educação Social; maior número de horas em formação acreditada; Maior classificação na entrevista.

6.1. Objetivos de ensino, estrutura curricular e plano de estudos

Estrutura Curricular

Área Científica	Sigla	ECTS
Ciências da Educação	CE	79
Ciências Sociais e do Comportamento	CSC	41

Reorganização do Plano de estudos

1º Semestre

UNIDADES CURRICULARES	DOCENTE	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		ECTS	OBS
				TOTAL	CONTACTO		
Questões Aprofundadas de Intervenção Comunitária	Florbela Maria da Silva Samagaio Gandra Gabriela de Pina Trevisan	CE	Semestral	175	48 T:10; TP:15; S:13; OT:10	7	
Educação Emocional	Ana Márcia Vaz Serra Fernandes	CE	Semestral	125	32 T:15; TP:17	5	
Antropologia Social e Cultural	José Luís de Almeida Gonçalves	CSC	Semestral	125	32 T:15; TP:17	5	

Políticas Sociais	Gabriela de Pina Trevisan	CSC	Semestral	150	40 T:15; TP:15; S:10	6	
Psicologia Comunitária	Júlio Emílio Pereira de Sousa	CSC	Semestral	175	48 T:10; TP:15; S:13; OT:10	7	

2º Semestre

UNIDADES CURRICULARES	DOCENTE	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		ECTS	OBS
				TOTAL	CONTACTO		
Dinâmicas de Desenvolvimento local	Florbela Maria da Silva Samagaio Gandra	CSC	Semestral	125	32 TP:10; TC:12; OT:10	5	
Sociologia das Organizações	Gabriela de Pina Trevisan	CSC	Semestral	125	32 T:15; TP:17	5	
Pedagogia Intercultural, Migrações e Cidadania	Luís Miguel Prata Alves Gomes	CE	Semestral	175	48 T:10; TP:15; S:13; OT:10	7	
Perspetivas Contemporâneas de Exclusão Social	Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre Florbela Maria da Silva Samagaio Gandra	CSC	Semestral	175	48 T:10; TP:15; S:13; OT:10	7	
Violências na Sociedade Atual	Júlio Emílio Pereira de Sousa	CSC	Semestral	150	40 T:15; TP:20; OT:5	6	

3º Semestre

UNIDADES CURRICULARES	DOCENTE	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		ECTS	OBS
				TOTAL	CONTACTO		
Métodos e Técnicas de investigação Sócio Educativa	Florbela Maria da Silva Samagaio Gandra Paula Cristina Pacheco Medeiros	CE	Semestral	200	45 TP:20; TC:15; OT:10	8	
Seminário de Apoio ao Trabalho de Projeto	Luís Miguel Prata Alves Gomes	CE	Semestral	300	90 S:30; TC:30; OT:30	12	

3º e 4º Semestres

UNIDADES CURRICULARES	DOCENTE	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		ECTS	OBS
				TOTAL	CONTACTO		
Trabalho de Projeto	Ana Maria Paula Marques Gomes Florbela Maria da Silva Samagaio Gandra Gabriela de Pina Trevisan Luís Miguel Prata Alves Gomes Paula Cristina Pacheco Medeiros	CE	Anual	1000	180 TC:30; OT:150	40	

As alterações introduzidas no plano de estudos, para além do acerto feito a horas e tipologias em algumas UC, incidem sobre as UC de *Seminário de Apoio ao Trabalho de Projeto* (nomeadamente no que diz respeito a horas de tipologia OT do trabalho de projeto) e a articulação desta com a UC *Trabalho de Projeto*, conforme sugere a CAE. Estas alterações têm como objetivo permitir ao estudante, e sob supervisão do orientador, a conceção atempada do futuro Trabalho de Projeto tanto no âmbito da sua temática de investigação como no desenho específico do seu plano de trabalhos, fazendo-se uma articulação direta entre as duas UC. Estamos convictos que estas alterações terão como reflexo um aprofundamento da componente investigativa dos trabalhos de projetos dos estudantes bem como uma maior probabilidade de conclusão do trabalho de projeto no prazo regulamentarmente previsto.

As alterações introduzidas representaram, também, um acerto nos docentes alocados a este CE: mantendo-se o corpo docente como próprio, academicamente qualificado e especializado, aumentou-se o equilíbrio entre o peso das áreas de especialização dos docentes face ao peso das áreas científicas das UC, respondendo desta forma à chamada de atenção feita pela CAE no ponto 4.1.9 do relatório preliminar.

Face à descontinuação das duas especializações e o acerto feito à composição do corpo docente, colmatamos a classificação atribuída no ponto 4.1.1 uma vez que consideramos que estão cumpridos os requisitos legais.

Ficha curricular da nova docente (Uc Trabalho de Projeto).

Dados Pessoais

Nome do docente

Filiação em Centro de Investigação (se aplicável)

Categoria

Grau

Ana Maria Paula Marques Gomes

CIPAF(Centro de Investigação Paula Frassinetti)

Professor Adjunto

Doutor

Área científica deste grau académico	Ciências da Educação: Educación, Identidad Y Futuro - área de conhecimento Didáctica y Organización Escolar
Ano em que foi obtido este grau académico	2011
Instituição que conferiu este grau académico	Universidad de Jaén, Espanha
Regime de tempo na instituição que submete a proposta	100

Outros graus académicos ou títulos

Ano	Grau ou título	Área	Instituição	Classif.
2006	DEA	Teoria e História de la Educación	Universidad de Jaén, Espanha	Sobresaliente
2000	DESE	Educação Pré-Escolar e Ensino Básico (1º ciclo) na opção de Deficiência Motora e Mental	Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Educação do Porto (reconhecimento)	17 valores
1987	Licenciado	Pedagogia - Habilitação em Magistério - Educação Especial, deficientes mentais	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ Universidade do Porto (reconhecimento)	8,6 (escala 10)

Atividades científicas - referenciar até 5 artigos em revistas internacionais com revisão por pares, livros ou capítulos de livros, relevantes para o ciclo de estudos.

Gomes, A. (2013). Investigação da resiliência em contextos familiares que apresentam filhos com deficiência. Atas do III Congresso Internacional - Educação Inclusiva e Equidade. Almada: Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial. ISBN: 978-989-97306-0-1. Disponível: http://congressopinandee2013.weebly.com/uploads/1/6/4/6/16461788/doc3-textos_completos_1_-_parte_ii_-_pp_1_a_799.pdf

Gomes, A. (2013). Análisis e incidencia de los factores de resiliencia en padres y madres con hijos, que bajo el constructo de la diversidad, son etiquetados como discapacitados: una propuesta de intervención en el ámbito sociofamiliar. Dissertação de doutoramento. Univ. Jaén, Espanha ISBN: 9788484397205. Disponível: <http://hdl.handle.net/10953/454>

Gomes, A. (2015). A importância da supervisão colaborativa no desenvolvimento profissional do docente de educação especial. Revista Educação Especial, 28(53), 751-764.

Atividades de desenvolvimento de natureza profissional de alto nível (atividades de desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços ou formação avançada) relevantes para o ciclo de estudos - até 5 referências. Para estudos artísticos, referenciar até 5 atividades relevantes para o ciclo de estudos.

Gomes, Ana M. P. M. O Atendimento Educacional Especializado em Portugal, Videoconferência "O Atendimento Especializado em Portugal", Canoas - RS - Brasil, 2015 (Conferência ou palestra). Videoconferência .

2010-2014 - Consultora Técnico Científica no Centro Terapêutico Origens do Ser, Aveiro.

Docência e Orientação de Projetos de Investigação do DPEE no Mestrado e na Pós-Graduação.

Especialista na área da Educação Especial em instituições/clínicas de reabilitação.

Formadora acreditada pelo CCPFC/FEP-0163/04.

Outras publicações relevantes, designadamente de natureza pedagógica (até 5 referências).

Carvalho, A., et al. (2012). Voluntariado: missão e dádiva. Porto: ESEPF. ISBN 978-972-99174-9-3

Gomes, A. (2009). A arte de e para superar a vida. Saber & Educar, 14. Disponível: <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/320>

Gomes, A. (2008). Escola: um trampolim para a resiliência onde a adversidade é a deficiência. Saber (e) Educar, 13, 281-285. Disponível: <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/174>

Gomes, A. (2007). Famílias Heroínas - enfrentar a adversidade de ter um filho diferente. Cadernos de Estudo, 5, 15-25. Disponível: <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/59>

Gomes, A. & Simões, A. (2007). A Música e a Criança com Distúrbios de Comunicação e Linguagem. Cadernos de Estudo, 5, 127-141. Disponível: <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/80>

Experiência profissional relevantes (5 referências).

Supervisão de estágios profissionalizantes no âmbito da Formação de Professores

Docente e Diretora dos Mestrados/Formação de Professores - Especialidades em EPE e 1º CEB e 1º e 2º CEB (até novembro 2014)

Orientação de Projetos de Investigação nos Mestrados Profissionalizantes da Formação de Professores e no Mestrado em Intervenção Comunitária

2010-2014- Prestação de serviços especializados em Reabilitação e Terapêutica em Problemas Graves de Comunicação e Linguagem no Centro Terapêutico Origens do Ser, Aveiro

2000/2003- Prestação de serviços especializados em Reabilitação e Terapêutica em Problemas Graves de Comunicação e Linguagem na Unidade de Apoio à Educação de Alunos Surdos - UAEAS/ECAE de Ílhavo/CAE

Como sugerido pela CAE, e com o objetivo de melhorar a organização interna das UC (e.g. evitar redundâncias, articular os objetivos das UC e proceder a uma atualização científica e bibliográfica), foram revistas as Fichas de Unidades Curriculares (FUC) do CE. Solicita-se à CAE que faça um pedido de informação à ESEPF, caso queiram consultar as FUC revistas.

3.2. e 7.2.9. Parcerias e investigação

No que diz respeito às parcerias nacionais e internacionais de intervenção e de investigação, quanto ao seu impacto real no desenvolvimento social e económico do território e o envolvimento de estudantes, importa salientar a forte

dinâmica instalada neste CE desde há vários anos a esta parte. Apresentam-se, de seguida, evidências do que se afirma:

1. (2011 até ao presente). O Projeto **AAL4ALL** concluído, (<http://www.aal4all.org/>), teve como objetivo desenvolver um ecossistema de produtos e serviços de Ambient Assisted Living (AAL) com um modelo de negócio associado e validado através de um piloto de grande escala. O intuito final deste projeto é o fornecimento ao cidadão idoso soluções tecnológicas que vão ao encontro dos seus interesses e necessidades. Projeto âncora do HCP, o AAL4ALL foi co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa Operacional Factores de Competitividade. Do projeto resultaram dissertações de MIC, a integração de um mestre em intervenção comunitária no projeto, bem como publicações e apresentações em congressos internacionais. Em 2017 será editado o livro final do projeto pela IGI Global, com participação dos investigadores deste Departamento.
2. (2013 até ao presente) O **Mapa Digital Interativo** (Geoportal) - já concluído e apresentado publicamente (cf. <http://www.cm-pvarzim.pt/areas-de-atividade/coesao-social/rede-social/mapa-digital-interativo>), é um produto original consubstanciando um sistema de informação de referenciação geográfica da atividade social que apoiará a intervenção da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e da Rede Social do Concelho na gestão mais eficiente dos recursos na intervenção territorial. Projeto financiado pela autarquia local com parceiro tecnológico ESRI Portugal. Existem dois mestrandos a realizar investigação e trabalho de projeto sobre este temática.
3. (2013 até ao presente) **Justiça para Tod@s** <http://www.justicaparatodos.net/> é um programa de formação em “Mediação para a Justiça” que acompanha a construção dos casos de justiça nas mais de 80 escolas aderentes ao projeto e que visa construir/contribuir para a construção de uma cidadania ativa entre os jovens. Os docentes deste CE dão formação de 25 horas aos professores das escolas que integram o projeto; alargamento das perspetivas científico-pedagógicas para o ciclo de estudos; abertura de vias de investigação tanto aos docentes como aos discentes do CE no âmbito dos Direitos Humanos e de casos dilemáticos em situações reais. Os parceiros são o IPAV, Fundação C. Gulbenkian, EEAGrants, Centro de Estudos Judiciários, Alto Comissariado para as Migrações - ACM, Projeto Escolhas, Univ. Minho, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, APAV, Abreu Advogados, Governo de Portugal (Min. Justiça / Min. Educação / Direção Geral da Educação), Fórum Estudante, Jornal Público.
4. (2015 até ao presente) **PAR(A) Acolher Melhor: Plataforma de Acolhimento aos Refugiados** <http://www.refugiados.pt/>. Plataforma de 120 associações da sociedade civil portuguesa que visa dar apoio aos refugiados em crises humanitárias. O Departamento de Educação Social, com 4 docentes, [coordena a formação modular online](#) com a participação de mais 5 IES para os 700 técnicos das instituições anfitriãs de refugiados. Está a permitir o alargamento das perspetivas científico-pedagógicas do CE, abrindo vias de investigação tanto aos docentes como aos discentes do CE no âmbito da Ética do Acolhimento, Direitos Humanos, Pedagogia Intercultural, Migrações, etc. - desenvolvimento e implementação de projetos e posterior estudo/análise para efeitos de publicação.
5. (2014-2015; 2016 em diante) "**Projeto Catapulta ESG**". Inserido na 5.ª Geração do Programa Escolhas, a ESEPF integra o Consórcio que intervém com jovens entre os 11 e os 24 anos da zona da Sé do Porto com características de insucesso e abandono escolares, baixos níveis de escolaridade e de certificação ou de desistência da formação e/ou situação de desemprego. Constituem objetivos apoiar estes jovens no seu percurso escolar mas também proporcionar vivências que fomentem competências sociais e pessoais úteis ao seu percurso de vida. Existem mestrandos a realizar trabalhos de projeto nesta temática.
6. (2014 até ao presente) **Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural (RESMI)**. A ESEPF é um membro fundador desta rede nacional que tem como objetivo o trabalho sistemático interinstitucional no âmbito da(s) mediação(ões) intercultural(ais). Há uma integração efetiva de estudantes do CE tanto na participação em eventos dos grupos de trabalho/investigação organizados no âmbito da rede como também há estudantes a desenvolver partes do seu trabalho de projeto em temáticas afins - constituindo um possível núcleo de futuros mediadores interculturais na Área Metropolitana do Porto. Dentro do Grupo Território está a ser já desenvolvido trabalho de investigação e recolha de dados sobre “instituições mediadoras” no concelho do Porto envolvendo estudantes do MIC. Este trabalho está a ser realizado em colaboração com outras instituições tais como a Univ. Lusófona do Porto, Instituto Politécnico do Porto, etc., estando a ser equacionada a possibilidade de submissão/participação em vários projetos de investigação.
7. (2015-2018) A ESEPF participa, através deste CE, no projeto internacional financiado CERTIC - **Enhancing and upgrading ICT skills of trainers in the sociocultural sector** (http://www.esepf.pt/a_centros/certic.pdf) que se focará na criação de um referente de competências TIC no terceiro sector a nível europeu. Está previsto o envolvimento ativo de estudantes neste mesmo projeto.
8. (2015 até ao presente) No âmbito da recém-criada linha de investigação “Direitos Humanos e Intervenção Socioeducativa”, o CE participou na **Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista** <http://micar.sosracismo.pt/>, em parceria com SOS Racismo, Goethe Institut, Instituto Politécnico do Porto, Cinanima, desenvolvendo atividades científicas com os estudantes no âmbito de uma das linhas de investigação do CE; promoveu Seminários temáticos nas áreas da **Antropologia Visual e Mediação Intercultural**, organizados em colaboração

com alguns docentes do CEMRI (Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais) da Universidade Aberta -Porto; a colaboração com a Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria tem-se traduzido numa série de iniciativas tais como participação em seminários, arguição de teses de mestrado, etc.; tem programado para 2016 um **Ciclo Internacional sobre Intervenção Socioeducativa e Direitos Humanos** com personalidades europeias de referência; consta da agenda ainda a realização, a ESEPF, do **VI Encontro Internacional de Educação Social - 2016** em colaboração com Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social (APTSES). Inserida na estratégia de desenvolvimento desta linha de investigação, está para breve a abertura do **Observatório da Intervenção Socioeducativa para os Direitos Humanos**. No âmbito deste Observatório, está a ser desenvolvido um projeto de investigação e de intervenção no âmbito da autonomização de jovens institucionalizados que procurará compreender as diferentes modalidades de promoção de autonomia em respostas sociais como os apartamentos de autonomia, privilegiando-se a voz dos jovens sobre os seus projetos de vida. Também neste âmbito, o projeto das trajetórias de Educadores Sociais da ESEPF continuará a sua segunda fase de investigação, auscultando as entidades empregadoras de Educadores sociais. Em ambos os projetos de investigação estão integrados mestrados do MIC.

Como o ponto anterior o adianta, a ESEPF reformulou, recentemente, as suas linhas de investigação de modo a proceder a uma clarificação dos projetos de investigação e de intervenção mais relevantes e com impacto nos seus ciclos de estudos. No âmbito do departamento de Educação Social, procedeu-se à criação da linha de investigação “Direitos Humanos e Intervenção Socioeducativa” (http://www.esepf.pt/a_centros/invest.html). Como o demonstram os pontos anteriores e a enumeração das publicações mais recentes no ponto seguinte, o CE tem investido no aumento da produção científica e de investigação. O Plano Estratégico da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti para o triénio 2015-2017, concretamente a sua política de investigação tem vindo a “reforçar a integração de estudantes e investigadores externos, incluindo cooperantes, nas linhas e projetos de investigação”, e a “orientar os estudantes da ESEPF para que integrem os seus projetos de conclusão de curso nas linhas de investigação, publicando-se os melhores resultados em coautoria em revistas de referência na área”. A criação da figura do Investigador Júnior já adotada neste CE com a integração de estudantes do MIC em projetos passados como CLDS-Vila do Conde e no projeto AAL4ALL são disso exemplo (6.3.7.). As atividades de investigação que estão a ser desenvolvidas por estudantes (trabalho de projeto) na área da violência em meio escolar proveem do projeto internacional STRONG, outros do Mapa Digital Interativo, do Projeto Catapulta E5G, entre outros, e deverão ter continuidade no âmbito do aprofundamento da colaboração com parceiros nacionais e internacionais. Neste contexto, que a política de investigação da ESEPF para o triénio 2015-2017 (Cf. http://www.esepf.pt/a_univ/politica_invest.pdf) estabelece indicadores de desempenho e de produção científicos quer para cada um dos ciclos de estudos quer para os docentes da ESEPF. No que aos docentes diz respeito, foram adotados os indicadores de produção científica (IPC) previstos pela FCT para os investigadores integrados em Unidades I&D. A menção às 2 ou 3 publicações por triénio referidas pela CAE no relatório dizia respeito a cada docente e não ao CE. A ambição é, pis, bem maior. Como incentivo institucional à produção científica, além do apoio regular a esta atividade descrita no artigo 29.º do Regulamento da Carreira Docente da ESEPF, estão definidos incentivos quer monetários anuais para as publicações, quer a atribuição de horas de investigação adicionais no serviço docente para produção científica relevante (4.1.11.).

Mapa-resumo de publicações científicas recentes do corpo docente

Cavalcanti, J., Cortesão, I., Medeiros, P., Pinheiro, A., & Ribeiro, S. (no prelo). Educação: um mosaico feminino - a mulher contadora de histórias. *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina: UFSC.

Gonçalves, J. (2015). Dignidade como valor incondicional da pessoa. A partir de que fundamentos? *Revista Itinerários de Filosofia da Educação*, 13, 155-166. Porto: Afrontamento. ISSN 1648-1959-12. Disponível em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/itinerariosfe/issue/current/showToc>

Gonçalves, J., & Veloso, G. (2015). Dom - sistema de relações entre pessoas. *Revista Cadernos de Pedagogia Social, Número especial*, 25-34. Porto: Universidade Católica Edições. ISSN 2186-4614. Disponível em http://www.uceditora.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_uce.asp?SSPAGEID=1272&lang=1&artigoID=1505

Quinta e Costa, M., Monteiro, I., & Ribeiro, V. (2014). Análise reflexiva de uma experiência pedagógica interdisciplinar. In atas do XII Congresso SPCE, Ciências da Educação: espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar (pp. 1274-1280). Vila Real: UTAD. ISBN 978-989-704-188-4. Disponível em http://cidtff.web.ua.pt/docs/SPCE2_EIXOS_BOOK_CC.pdf

Samagaio, F. (2014). Participar para escolher - As representações sociais das crianças face à escola e a função da educação Não Formal na promoção do sucesso escolar. In **Atas do XII Congresso da SPCE-Espaços de Investigação, reflexão e Ação interdisciplinar (pp. 1636-1653)**. Vila Real: UTADPP. ISBN: 978-989-704-188-4. Disponível em http://cidtff.web.ua.pt/docs/SPCE2_EIXOS_BOOK_CC.pdf

Samagaio, F. (2014). Ser cidadão: a participação da criança na investigação sociológica como um momento iniciático na construção da cidadania. In M. Sarmento, Natália F., Catarina T., G. Trevisan, & C. Dias, (Eds.). *Direitos da Criança: Realidades e Desafios do Caso Português*. Universidade do Minho. Instituto de Educação. Centro de Investigação em Estudos da Criança. ISBN: 978-972-8952-32-7.

Samagaio, F., & Amado, R. (2015). O Trabalho comunitário a partir das crianças: construindo raízes. In *Livro de Resumos Educação, Territórios e Desenvolvimento, I Seminário Internacional*. Porto: Universidade Católica. ISBN 978-989-96186-7-1.

Samagaio, F., Cunha, D., Trevisan, G., Ferreira, L., Sousa, F., Alves, J. F., & Simões, R. (2013). Ambient assisted living technology: comparative perspectives of users and caregivers. In *e-Health Networking, Applications & Services (Healthcom)*, IEEE 15th International Conference (pp. 41-45). ISBN 978-1-4673-5800-2. Doi: 10.1109/HealthCom.2013.6720635

Sarmiento, M; Fernandes, N; Trevisan, G. (2015). A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal. In Diogo, F, Castro, A, Perista, P (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal*. Lisboa: Húmus.

8.1. Observações

Respondendo às dúvidas suscitadas no relatório preliminar quanto à confirmação e aceitação de currículo profissional de qualidade e relevância comprovados pela ESEPF de docentes na área 762, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, pede a CAE que se esclareça dois pontos:

Ponto 1: “... não é evidente a adequação do reconhecimento de docentes como especialistas na área 762, quando, em 2010, foi atribuído aos mesmos docentes o título de especialista em Ciências Sociais”.

Esclarece-se que, no seguimento da publicação do Regime Jurídico do Título de Especialista publicado pelo Decreto-Lei nº 206/2009, de 31 de agosto, o Conselho Técnico-científico desta IES deu indicações aos seus docentes para, fazendo cumprir o referido DL, se candidatarem ao título de especialista em provas públicas a realizar em Consórcios especialmente constituídos para o efeito. Como se verificou à época, não só a constituição de Consórcios não foi imediata - atrasando, desta forma, eventuais candidaturas dos docentes - como as IES foram confrontadas, logo em 2010, com a necessidade de fazerem acreditar preliminarmente todos os seus CE pela A3ES. Ora, relevando o título de especialista para efeitos da composição do corpo docente das IES (Cf. n.º 2 do Artigo 3.º do referido Decreto-Lei nº 206/2009), a ESEPF tinha de assegurar os requisitos legalmente exigidos para a qualificação e composição desse corpo docente em cada CE. Respondendo de forma prudente ao impasse então criado, foi decisão do CTC despoletar um processo interno à ESEPF, através de procedimentos especialmente adequados, para o reconhecimento provisório de “especialista de reconhecida experiência e competência profissional” (e não à atribuição de título, prerrogativa reservada aos Consórcios). A intenção era esse reconhecimento provisório ser mantido pelo prazo de um ano e cessar com a atribuição do título de especialista a adquirir, pelos docentes, em provas públicas a realizar em Consórcios especialmente constituídos para o efeito. Foi neste enquadramento que os docentes entenderam solicitar o reconhecimento provisório de especialista ao CTC da ESEPF. Por ser um procedimento de efeitos temporários, foram alocadas grandes áreas apenas como enquadramento.

Este título provisório acabou por se manter até à obtenção de uma nova situação.

Com a republicação do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março através do Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto, no art.º 3º, alínea g) ii, iniciou-se um novo processo de confirmação e aceitação do CV profissional dos docentes, como professores especialistas, pelo CTC, considerando-se que a conclusão deste novo processo submetido ao CTC substituiria o reconhecimento provisório, anteriormente atribuído.

Por essa razão, aquando da submissão do processo de pedido de acreditação do CE junto da A3ES, em dezembro de 2014, nas fichas de alguns dos docentes aparece, ainda, a designação de especialista, referindo-se à atribuição provisória com respetiva área.

Ponto 2: “Atendendo que a lei refere como condição para a atribuição do título de especialista que o proponente possua “no mínimo 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco anos nos últimos 10” é difícil encontrar nos processos remetidos evidências que sustentem que os docentes tenham desempenhado uma profissão na área 762 durante os últimos 5 anos, ao ter desenvolvido neste período (pelo menos) as suas funções em tempo integral na ESEPF”.

As docentes a que o relatório da CAE se refere, encontrando-se em regime de tempo integral nesta IES, não estão, no entanto, em regime de exclusividade no âmbito do Regulamento da Carreira Docente da ESEPF que prevê a possibilidade de os docentes exercerem atividade profissional complementar. Como é possível verificar pela documentação enviada, especialmente no ponto 2 do “Regulamento para confirmação e aceitação de currículo profissional de qualidade e relevância comprovados de docentes na ESEPF”, esta IES sempre encarou de forma bastante prudente a faculdade legal conferida aos CTC, pelo referido DL para “confirmar e aceitar” o currículo profissional de qualidade e relevância comprovados. Em coerência, munuiu-se de um conjunto de procedimentos em que se autoimpunha recorrer a pareceres de especialistas externos de renome comprovado na área ou áreas fundamentais dos ciclos de estudos à(s) qual a/o docente se candidatava.

Reconhecemos que a associação que é feita entre as docentes e esta IES, nas declarações comprovativas das atividades que servem de suporte ao processo, pode indiciar que a presença das docentes se faz enquanto representação da Escola. No entanto, precisamente porque se trata de docentes da ESEPF, normalmente, em todas as atividades se identifica a Instituição a que o próprio pertence, não obstante essa iniciativa ser de caráter individual ou institucional.

Pensamos, ainda, ser necessário sublinhar que consideramos não ter atribuído um título mas, sim, reconhecido o currículo profissional de qualidade e relevância, como o próprio nome do Regulamento o explicita.

RESPOSTA SUMÁRIA ÀS SUGESTÕES DE MELHORIA MENCIONADAS NO RELATÓRIO PROVISÓRIO DA CAE

A partir das sugestões de melhoria apresentadas pela CAE e a análise SWOT apresentada pela comissão executiva do CE, assegura-se que será estabelecido um calendário rigoroso de ações de melhoria que garantam efetivos ganhos ao nível científico, pedagógico, de acompanhamento personalizado dos estudantes e dos procedimentos do sistema da qualidade. No que lhes diz respeito, a Entidade Instituidora e a IES promoverão o aprofundamento de uma cultura da qualidade (2.2.9. publicitação do Manual da Qualidade), darão maior expressão ao desenvolvimento profissional do pessoal não docente (e.g. 4.2.7. implementação mais adaptado do atual sistema de avaliação de desempenho), assegurarão o reforço dos recursos a disponibilizar ao CE (e.g. 3.1.5. aumento do acervo bibliográfico na área do CE; 5.2.8. aumento da mobilidade internacional de estudantes e docentes), da divulgação institucional da oferta deste CE (5.1.5. atrair novos públicos do 1.º ciclo de formação de ensino superior), entre outras iniciativas que visam conferir ainda maior qualidade ao CE.

Por tudo o que foi apresentado, consideramos que o Mestrado em Intervenção Comunitária deverá ser acreditado sem condições.

Process nº ACEF/1415/05087 - decision to present a pronouncement to the preliminary report of the CAE referent to the Master degree in Community Intervention

The Higher School of Education of Paula Frassinetti has carefully analyzed the content of the preliminary report produced by the CAE on the Study Cycle (SC) of Master in Community Intervention, specializations in health Education, Risk Contexts and Active Ageing. From this analysis we gladly observe that this SC complies with the majority of the evaluation parameters of each given dimension. It is with a constructive spirit that we receive the External Evaluation Committee's (CAE) elements capable of improvement or the ones that can be changed, clarified or justified in the proposed SC submitted to accreditation by ESEPF's Institutor's. With this goal the following pronouncement is presented.

In accordance with CAE's suggestions this IES chose to discontinue the specializations of "Health Education" and "Active Ageing" of the Master in Community Intervention, focusing in Risk Contexts. Existing asymmetries between the three specializations, as mentioned by CAE throughout the preliminary report - namely ones on the unequal demand from candidates to the SC of these specializations, of an unbalanced teaching staff and scarce scientific production, amongst others - are now resolved for these two specializations. A set of constraints/limitations pointed by CAE in the preliminary report to this SC are, therefore, removed.

Hence, competent bodies have approved all changes as pointed by CAE in topic 10.3 (immediate conditions). The study cycle has now the following designation:

A.3. Study Cycle: Master degree in Community Intervention

A.6. Main scientific area of the study cycle: Educational Sciences

A.7.1. classification of the main area of the study cycle according to the Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF): 142

A.7.2. Classification of the secondary area of the study cycle according to the Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), if applicable: 310

A.11.1.2. Specific entry requirements

We clarify that those admitted to apply and enroll in the SC are:

- a) Holders of a bachelor degree or legal equivalent in the fields of Education/Educational Sciences and bachelor in Social and Human Sciences and similar areas;
- b) Other candidates holders of an academic, scientific or professional curriculum that has been recognized by the Technical-scientific Council, as attesting the capacity to accomplish this study cycle.

According to the current practice of ESEPF - as observed in archived documentation in the Academic Services - candidates are usually serialized using the following criteria:

Final classification is composed of the following cumulative elements = (0,24xbachelor classification and of other degree or diploma of post graduate studies+0,24xacademic and/or scientific curricula+0,34xProfessional curriculum+0,18x interview). Appreciation criteria for the interviews are considered in the following dimensions:

Ability to argue/critical spirit; positioning towards elaborated questions and interpersonal relationship during the interview.

As tie criteria the following factors are considered: higher training in the Social Education field area; higher number of accredited training hours; higher score in the interview.

6.1. Teaching objectives, curricular structure and study plan

Proposal of the new curricular structure and study plan - please consult portuguese version

Changes introduced in the study plan, besides the adjustment to hours and its typologies in some curricular units, are mainly focused on the CU of *Seminário de Apoio ao Trabalho de Projeto* (namely in what concerns hours of OT in Project Work) and in the articulation of this last one with the CU of *Project Work* as suggested by CAE. These changes aim to allow students to complete their future Project Work in due time, under a supervisor's orientation and on their research topic and the design of a work plan, achieved through a direct articulation between these two CU. We strongly believe that these changes will reflect on a deepening of the research component of Project Works as well as a higher possibility to conclude the project in stipulated deadlines.

Changes altered the teaching staff composition: it remains proper (full time), academically qualified and specialized but the weight of the areas of specialization of the teaching staff is now more balance against the weight of the scientific areas of the CU - as CAE observes in n.º 4.1.9 of the preliminary report.

As this IES chose to discontinue the others specializations and with the changes of the teaching staff, we think that the given performance mark at 4.1.1 are in the legal requisites

Academic staff curricular file of the new teacher (CU Trabalho de Projeto) – please see the Portuguese version

As suggested by CAE and in order to improve the internal organization of the CU (eg. Avoid redundancies, articulate UC goals and scientific updates and bibliographic updates), CU sheets from this SC have been revised. If the CAE wants to consult them, please open a require so that we can answer.

3.2. e 7.2.9. Partnerships and research

A strong dynamic of this SC is already installed over the past years in what concerns national and international partnerships and intervention/research practices and its impact in social and economic development and students involvement. Evidences are presented as follows:

1. (2011- 2015). The AAL project (concluded, <http://www.aal4all.org/>) was built to develop an ecosystem of products and services of Ambient Assisted Living (AAL) with a particular business model validated throughout a large scale pilot. The final aim of the project is to deliver to elderly citizens technological solutions that can respond to their interests and needs. A central project for the HCP, AAL4ALL was co-financed by the European Regional Fund. Results from the project were: master thesis, integration of a junior researcher (holder of the master's in Community Intervention) as well as publications and presentations in international conferences. In 2017 a book is expected to be published by IGI Global with editors and contributors from the Social Education Department and teaching staff from the SC.
2. (2013-present). The Digital Interactive Map (Mapa Digital interativo) (Geoportal) (cf. <http://www.cm-varzim.pt/areas-de-atividade/coesao-social/rede-social/mapa-digital-interativo>), concluded and with public presentation, is an original information system product of geographical referencing able to register and monitor social activity that supports public interventions from the City Council of Póvoa do Varzim and the Rede Social. It will enable an efficient way to manage resources in territorial intervention as well as equality in social interventions. The project was financed by the local authority with a technological partner - ESRI Portugal. There are currently two master's students doing their final project work in this theme.
3. (2013-present) Justiça para Tod@s (<http://www.justicaparatodos.net/>) is a training program in "Justice Mediation" that follows over 80 schools working in justice cases. The project aims contributing for an active citizenship amongst young people. Teachers from this SC give 25 hours of training/each to school teachers that integrate the project. This participation allows the broadening of scientific and pedagogical perspectives for the SC; the opening of research paths for teachers and students of the SC in the Human Rights and Ethical Dilemmas of real situations. Partners include - IPAV, Fundação C. Gulbenkian, EEAGrants, Centro de Estudos Judiciários, Alto Comissariado para as Migrações - ACM, Projeto Escolhas, Univ. Minho, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, APAV, Abreu Advogados, Governo de Portugal (Min. Justiça / Min. Educação / Direção Geral da Educação), Fórum Estudante, Jornal Público.
4. (2015- presente) - PAR(A) Acolher Melhor: Plataforma de Acolhimento aos Refugiados (<http://www.refugiados.pt/>). PAR is a platform of over 120 institutions and/or associations from Portuguese civil society aiming to support refugee populations in humanitarian crisis. The Social Education Department, with its 4 teachers coordinates the training program (<http://projeto.esepf.pt/depsocial/par/aceso/index.php>) with over 5 High Schools/universities destined for 700 staff members from institutions that will work with refugee families. This work allows the broadening of scientific and pedagogical perspectives for the SC; the opening of research paths for teachers and students of the SC in the host/foster policies, Human Rights and Ethical Dilemmas of real situations, intercultural pedagogy, migration, etc.... - development and integration of projects and further study/analysis for scientific publication purposes.
5. (2014-2015; 2016 onwards) "Projeto Catapulta E5G". Integrated in the Programa Escolhas 5ª geração, the ESEPF is a member of the consortium that works with children and young people aged 11 to 24 years old from the historical part of the Oporto city. These children and YP are mostly: school dropouts and with high levels of school failure, low levels of qualifications and/or certification and training programs dropouts and/or unemployed youth. Main goals of the project are focused on supporting them throughout their school path as well as giving them life experiences that enable the development of social and personal competences. There are master's students working with these themes.
6. (2014- present). Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural (RESMI). A ESEPF is a founding member of this national network whose goal is a systematic work at an inter-institutional level in intercultural mediation(s). There is an effective integration of students of this SC in events promoted by work groups/research groups as well as students who develop parts of project work in similar themes - there is a possible Centre of future intercultural mediators in the metropolitan area of Oporto. On the Territory Group there is research and data collection work in progress regarding "mediating institutions" in Oporto District that involves students from this SC. This work is developed in collaboration with other institutions such as the Universidade Lusófona do Porto, Instituto Politécnico do Porto, ect... and the possibility to submit/participate in different research projects is on discussion.
7. (2015-2018). The school is a partner on the international Erasmus Plus Project - Enhancing and upgrading ICT skills of trainers in the sociocultural sector (http://www.esepf.pt/a_centros/certic.pdf). Project focuses on creating a competence guide and reference system of ICT in the third sector at a European level. Involvement of students from this SC is predicted.
8. (2015 -present). Working on the recently created research line of "Human Rights and Social and Educational Intervention) the SC participated in the International Exhibition of anti-racist cinema <http://micar.sosracismo.pt/>, in partnership with com SOS Racismo, Goethe Institut, Instituto Politécnico do Porto, Cinanima, developing a scientific activities with students in this research line; promoted thematic seminars of the field areas of Visual Anthropology and Intercultural mediation, in collaboration with teachers from CEMRI (Centro de Estudos das

Migrações e das Relações Interculturais, Open University, Porto; has programed for 2016 an International Cycle on Social and Education Intervention and Human Rights with European teachers ; the IV International Meeting of Social Education - 2016 in collaboration with the Professional Association of Social Educators (APTSES). Also inserted in the strategic plan for this research line is the launch of the Observatory of Social and Educational Intervention for Human Rights. Also inserted in the strategic plan for this research line is the launch of the Observatory of Social and Educational Intervention for Human Rights. Within the Observatory a research project is in progress in the autonomy projects of foster care young people. The project aims to understand different sets of autonomy promotion projects especially those in autonomy apartments, with special focus on young people's voices on their life projects. Also the project on the Professional trajectories of Social Educators will start its second phase listening to employers of Social Educators.

As argued in the previous point ESEPF has recently modified its research lines in order to clarify which research and intervention projects are more relevant and produce more impact for its study cycles. In what concerns the Social Education department the research line "Human Rights and Social and Educational Intervention" (http://www.esepf.pt/a_centros/invest.html) was created. As stated in previous points the Sc has invested in increasing the number of scientific productions and publications. the Strategic Plan of the Paula Frassinetti School of High Education for 2015-2017, the research policy has been "reinforcing the integration of students and external researchers, including cooperants, in the research lines and projects", and "guiding ESEPF's students towards an integration of their final course projects in the research lines, with the best results to be published in co-authorship on leading journals in the area.

The creation of the Junior researcher role is already in place in this SC with master students integrated in past projects such as CLDS - Vila do Conde and the AAL4ALL projects are an example of this practice. (6.3.7.). research activities developed by students (Project Work) in the theme of school violence are originated in the STRONG project, others derive from the Mapa Digital Interactivo, others from Catapulta 5G, amongst others and should be continued in deepening collaborations with national and international partners. In this context ESEPF's research policy for the period of 2015-2017 (Cf. http://www.esepf.pt/a_univ/politica_invest.pdf) establishes performance and scientific production indicators have been established both for each of the cycles of study and for ESEPF's teachers. With respect to teachers, the scientific production indicators (IPC) established by the FCT for researchers integrated in R&D Units have been adopted. The mention to 2 or 3 publications in the three year period refers as per teacher and not to the all SC, meaning that the ambition is, therefore, much higher.

As an institutional incentive to scientific production, in addition to the regular support for this activity described in article 29 of the ESEPF's Academic Career Regulation, annual monetary incentives for publishing have been defined, besides the attribution of additional research hours in the teachers' schedule for relevant scientific production (4.1.11.).

Short map of recent from the teaching staff

Please consult portuguese version

8.1. Observations

Responding to the queries arisen in the preliminary report regarding the confirmations and the acceptance of the professional curriculum which quality and relevance were proven by the ESEPF of teachers in the field 762, under the Decree-Law n. 115/2013, of 7 august, the CAE asks the clarification of two points:

Point 1: "...it is not clear the adequacy of the recognition of teachers as specialists in the field 762, when, in 2010, It was assigned to the same teachers the title of specialist in Social Sciences".

We clarify that, following the publication of the legal framework of the Specialist Title published by the Decree-Law n. 206/2009, of 31 august, the Technical and Scientific Council of this IES, gave instructions to its teachers, by upholding that Decree-Law, to apply for the Specialist Title by doing public examinations to be undertaken in Consortiums specially constituted for this purpose. As it is turned out at that time, not only the constitution of the Consortiums was not immediate - delaying in this way potential applications of the teachers - but also the IES were confronted, in 2010, with the need of doing the preliminarily accreditation of all of its CE with the A3ES. However, revealing the specialist title for the purpose of the constitution of the IES Faculty (Cf. n. 2 of the article 3.º of the referred Decree-Law nº 206/2009), the ESEPF needed to assure the legal requirements demanded for the qualification and composition of that faculty in each SC. Responding in a prudent manner to the impasse thus created, it was the CTC's decision to provoke an internal process to ESEPF, through especially appropriate procedures, for the provisional recognition of "specialist with recognized experience and professional competence" (and not the attribution of the title, which is a prerogative reserved for Consortiums). The intention was that this provisional recognition would be maintained for a period of one year and cease with the attribution of the title of specialist, to be acquired, by the teachers, by doing public examinations to be undertaken in Consortiums specially constituted for this purpose. It was in this context that the teachers thought to apply for the provisional recognition of specialist, to the ESEPF CTC. Because it is a procedure of temporary effects, large areas were allocated only as a framework.

This provisionary title ended up to be maintained until the new situation was obtained.

With the republication of the Decree-Law nº 74/2006, 24 march, through the Decree-Law n.º 115/2013, 7 august, in the art.º 3º, point g) ii, a new process of confirmation and acceptance of the professional CV of teachers was initiated,

as specialist professors, by the CTC. It was also considered that the conclusion of this new process submitted to CTC would replace the previously attributed provisional recognition.

For this reason, at the time, the process of the CE accreditation application to the A3ES was submitted in December 2014. On the records of some teachers the designation of specialist still appears, but referring to the provisional attribution with the respective area.

Point 2: "Attending that the law refers as condition for the attribution of the specialist title that the applicant has "at least 10 years of professional experience, with effective practice for at least five years in the last 10" it is hard to find in the sent processes evidence to support that the teachers had carried out a profession in the area 762 during the last 5 years, as they developed in this period (at least) their duties in full time in ESEPF".

The teachers that the CAE preliminary report refers to, although working in a full time basis in this IES, are not, nevertheless, in an exclusivity basis under the Teaching Career Regulation of ESEPF which provides the possibility that teachers pursue additional professional activity. As it is possible to verify on the documentation sent, especially in point 2 of the "Regulation for the confirmation and acceptance of the professional curriculum with quality and relevance demonstrated of teachers in ESEPF", this IES always faced quite prudently the legal authority conferred to CTC by the referred Decree-Law to "confirm and accept" the professional curriculum with quality and relevance demonstrated. In coherence, the ESEPF gathered a set of procedures by which impose itself to consult the advice from external experts of proven reputation in the area or key areas for the cycles of studies that the teacher applied for.

We recognize that the association that is made between the teachers and this IES, in the proving statements of the activities that support the process, may indicate that the presence of the teachers is done as a representation of the ESEPF. However, precisely because it is about ESEPF teachers, normally, in all activities is identified the institution to which the teacher belongs, despite that initiative has individual or institutional character.

We also believe it to be necessary to underline that we do not consider having assigned a title but, rather, recognized the professional curriculum with quality and relevance, as the name of the Regulation clearly states.

SUMMARY RESPONSE TO IMPROVEMENT SUGGESTIONS AS MENTIONED IN CAE'S PRELIMINARY REPORT

From improvement suggestions presented by the CAE and the SWOT analysis presented by the Executive Committee of this SC, a rigorous set of improvement actions is scheduled in order to assure effective added value at a scientific, pedagogical, personalized attention to students and quality system procedures levels. The Instituting Entity and the IES will deepen the culture of quality (2.2.9 publication of the Quality Manual); give a higher expression to the professional development of non-teaching staff (eg. 4.2.7. An adapted implementation of the current performance appraisal system); assure a reinforcement of needed resources to the SC (3.1.5. increase of the bibliographic resources in the area of the SC; 5.2.8. an increase of international mobility opportunities to both students and teachers), of the institutional diffusion of the SC (5.1.5. attract new publics to the 1st SC of higher teaching), amongst other initiatives aiming higher quality for this SC.

Given all the presented information we believe that the Master degree in Community Intervention should be accredited without conditions.